



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO – UFRPE
UNIDADE ACADÊMICA DE SERRA TALHADA – UAST
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

LUAN MATEUS LIMA DE AQUINO

**ANÁLISE DIALÓGICA DO DISCURSO ECONÔMICO NOS PLANOS DE
GOVERNO DOS CANDIDATOS LULA (PT) E BOLSONARO(PL)
NA ELEIÇÃO DE 2022**

**SERRA TALHADA,
2023**

LUAN MATEUS LIMA DE AQUINO

**ANÁLISE DIALÓGICA DO DISCURSO ECONÔMICO NOS PLANOS DE
GOVERNO DOS CANDIDATOS LULA (PT) E BOLSONARO(PL)
NA ELEIÇÃO DE 2022**

Trabalho de conclusão de curso, em formato de artigo científico, apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas da Unidade Acadêmica de Serra Talhada (UAST), Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Dugnani.

SERRA TALHADA,

2023

Dedico este trabalho ao meu avô, Miguel José de Aquino (*in memoriam*).

À melhor irmã do mundo na qual Deus poderia ter me presenteado, Luana Maria de Lima Nascimento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Jesus Cristo, a qual toda honra e toda glória da minha vida são fruto de sua graça. Tudo D'Ele, por Ele e para Ele;

À minha família, que é base sustentadora de toda minha luta, e que me ensinou durante toda a vida a lutar pelo que é meu. Em nome do meu pai Espedito Aquino, minha mãe Maria de Lourdes de Lima e a minha irmã e exemplo Luana Nascimento;

A meu amor, minha namorada, Karine Nunes, que foi minha grande parceira em toda essa jornada – não apenas de monografia, mas de vida – e sem a qual não chegaria até aqui;

A meu amigo, irmão de outra família, Gin Oliveira, que sempre me apoiou nos momentos mais difíceis e esteve ao meu lado em momentos muito importantes. Sempre serei eternamente grato a sua irmandade;

Ao meu amigo, Marcos Paulo, pôr na vida ter passado por diversas fases, e dentre muitas conversas em sua calçada, corridas e caminhadas, sempre fomos sonhadores.

Ao meu orientador, Rodrigo Dugnani, que mesmo sem me conhecer, após conversarmos, topou esse desafio e se tornou mais que um professor ou orientador, mas também um amigo, que desejo levar pro resto da vida. Meu agradecimento especial por ser esse grande mentor que me apoiou e, junto a mim, fez esse sonho virar realidade;

Às professoras, Bruna Lopes, e Nicole Pontes, que aceitaram avaliar o trabalho e contribuir, fazendo parte dessa experiência única na minha vida;

Aos professores Kleyton Siqueira, Arley Rodrigues e José Nilton (*in memoriam*), que me ensinaram o que está além da ementa do curso, que é ser um grande ser humano, além de um economista;

A meus 3 grandes amigos do curso, Camila Lima, Igor Marques e Ítalo Marques, que tornaram os dias de dificuldades mais leves;

E, por fim, agradeço ao Alexandre Borba Chiqueta (GAULES), e todos da tribo (BT0, Liminha, VVV, MCH), que me ensinaram o verdadeiro significado de RESILIÊNCIA e, na pior fase da minha vida, foram meus companheiros de superação.

“Posso todas as coisas naquele que me fortalece”. (Filipenses 4:13)

ANÁLISE DIALÓGICA DO DISCURSO ECONÔMICO NOS PLANOS DE GOVERNO DOS CANDIDATOS LULA (PT) E BOLSONARO(PL) NA ELEIÇÃO DE 2022

Luan Mateus Lima de Aquino

RESUMO

No ano de 2022 ocorreram eleições presidenciais e as ideias dos candidatos foram postas à mesa para que a população pudesse decidir seu destino. Essas ideias podem ser expostas nos planos de governo, mas também estão presentes em outros elementos, entre os quais o histórico político-partidário dos candidatos. Todos esses elementos em conjunto podem revelar muito das ideologias que constituem esses candidatos. Dentro destes planos, é comum uma parte dedicada exclusivamente às propostas para a economia. No Brasil, é histórico que o *mainstream* do debate econômico ocorra entre as correntes liberais e keynesianas, o mesmo parece se repetir na inspiração da montagem dos planos de governo. Diante desse contexto, o objetivo desta pesquisa é analisar os programas de governo dos ex-candidatos Lula e Bolsonaro no pleito de 2022, a fim de entender como o discurso econômico fundamentado em teorias keynesianas e liberais se manifesta nesses documentos. Para tanto, esta pesquisa se apoia na Análise Dialógica do Discurso (ADD), desenvolvida a partir da filosofia da linguagem do Círculo Bakhtiniano. A partir da análise dos planos de governo dos ex-candidatos Lula e Bolsonaro, e de seus históricos político-partidários, podemos concluir que eles dialogam claramente com as correntes econômicas keynesiana e liberal, respectivamente.

Palavras-chave: Discurso Econômico, Planos de Governo, Eleições 2022, Análise Dialógica do Discurso.

ABSTRACT

In the year 2022, presidential elections took place and the candidates' ideas were put on the table so that the population could decide their fate. These ideas can be exposed in the government's plans, but they are also present in other elements, including the political party history of the candidates. All these elements together can reveal much of the ideologies that constitute these candidates. Within these plans, it is common to have a section dedicated exclusively to proposals for the economy. In Brazil, it is historical that the mainstream of the economic debate takes place between liberal and

Keynesian currents, the same seems to be repeated in the inspiration for the assembly of government plans. Given this context, the objective of this research is to analyze the government programs of former candidates Lula and Bolsonaro in the 2022 election, in order to understand how the economic discourse based on Keynesian and liberal theories is manifested in these documents. Therefore, this research is based on Dialogical Discourse Analysis (DDA), developed from the philosophy of language of the Bakhtinian Circle. Based on the analysis of the government plans of the former candidates Lula and Bolsonaro, and their political party histories, we can conclude that they clearly dialogue with the Keynesian and liberal economic currents, respectively.

Keywords: Economic Discourse, Government Plans, Election 2002, Dialogic Discourse Analysis.

INTRODUÇÃO

A eleição presidencial de 2022 colocou frente a frente os candidatos Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), e Jair Bolsonaro, do Partido Liberal (PL). Essa disputa, que deveria ter ocorrido em 2018, foi interrompida com a prisão do ex-presidente Lula e, em seu lugar, foi indicado o ex-prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, que até então seria seu vice. Quatro anos depois, essa disputa veio a acontecer, tendo como vitorioso o candidato do PT.

Em relação aos programas de governo, durante a campanha eleitoral os partidos, junto a seus representantes, lançaram diretrizes contemplando diversas áreas com suas propostas. Esse documento oficial foi registrado junto ao TSE, trazendo assim legitimidade às propostas, uma vez que, após eleito, elas permanecem em domínio público.

Dentre as diversas áreas abordadas nesses programas de governo, destaca-se na presente pesquisa a área econômica. Em tese, as propostas para a economia apresentadas nos planos de governo buscam servir de base estruturante para que diversas ações possam ter condições de financiamento nos setores da saúde, educação, infraestrutura, segurança pública etc.

As propostas econômicas têm diretrizes que podem indicar as bases teóricas e discursos econômicos aos quais estão assentadas. A análise dessas propostas, em sua lógica econômica, ajuda a compreender as relações entre as diretrizes dos discursos, contribuindo para o entendimento da forma como o candidato eleito poderá conduzir o seu governo.

No Brasil, de forma geral, historicamente o debate econômico se deu em torno de propostas de caráter keynesiano ou liberal. De certa forma, o debate imortalizado por Roberto Simonsen – ex-presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e da Confederação Nacional da Indústria (CNI) – e pelo ex-ministro da Fazenda Eugênio Gudin permeia os planos econômicos de governo dos mais diversos candidatos à presidência até o presente.

Nas últimas eleições presidenciais, em 2022, o embate teórico-ideológico entre esses dois discursos também se fez presente. Ainda enquanto candidato, a equipe responsável pelas propostas econômicas do plano de governo de Lula era formada, a princípio, por economistas de linha keynesiana, que defendem políticas fiscais

expansionistas e políticas cambiais que promovam resultados positivos na balança comercial. Por sua vez, o candidato derrotado Bolsonaro tinha uma equipe econômica composta por economistas liberais, que defendem propostas que agradam mais o mercado financeiro, com políticas de ajustes fiscais austeras.

Diante desse contexto, realizar uma análise dialógica do discurso dos programas de governo dos ex-candidatos Lula e Bolsonaro na eleição de 2022 possibilita o entendimento de como o discurso econômico fundamentado em teorias keynesianas e liberais se manifesta nesses documentos.

A compreensão efetiva de planos de governo elaborados por candidatos e partidos políticos não é tarefa comum, uma vez que esses documentos não apresentam suas diretrizes acompanhadas pelas bases teóricas-metodológicas que sustentam as posições econômicas enunciadas.

Diante disso, esta pesquisa – que envolve, do ponto de vista econômico e discursivo, analisar e compreender os programas de governo de candidatos de linha política-ideológica distintas – pode contribuir para estabelecer relações entre os aspectos econômicos desses planos e os discursos teóricos que os sustentam, permitindo associar essas bases econômicas aos discursos dos então candidatos.

Ao se fazer isso é possível projetar a maneira como o futuro presidente eleito deve conduzir o seu governo do ponto de vista econômico, pelo menos no início do seu mandato. No entanto, não é uma simples análise superficial que permite compreender adequadamente essas relações entre o discurso dos candidatos embasados nos planos de governo e os discursos econômicos que os sustentam, até porque esses planos de governo, muitas vezes, usam de estratégias retóricas para tentar amenizar e disfarçar os vieses ideológicos desses discursos.

Sendo assim, para compreensão adequada dessas relações é necessário tratar a questão a partir de teorias-metodologias que possam dar conta dessa análise. Dessa forma, abordar essas relações a partir da teoria-metodologia da Análise Dialógica do Discurso (ADD) contribui para o entendimento entre o discurso econômico dos planos de governo e aos discursos econômicos que embasam esses planos.

Por meio da Análise Dialógica do Discurso, o objetivo do presente estudo é comparar os programas de governo dos ex-candidatos Lula e Bolsonaro do pleito de 2022 a fim de entender como o discurso econômico fundamentado em teorias

keynesianas e liberais se manifesta nesses documentos e para estabelecer relações de proximidade e distanciamento dos enunciados econômicos entre esses planos e suas matrizes teóricas econômicas.

REVISÃO DE LITERATURA

Para que possamos dar conta do objetivo dessa pesquisa é necessário apresentar e compreender a maneira como o debate entre os discursos econômicos predominantes se configurou ao longo do século XX. Nesse sentido, a revisão de literatura aqui apresentada busca abordar o desenvolvimento das ideias keynesianas e liberais no mundo de forma geral e no Brasil de maneira mais específica, principalmente a partir da Segunda Guerra Mundial.

O liberalismo econômico

O liberalismo econômico é um discurso – que enquanto discurso é sempre ideológico (VOLOCHINOV, 2017) – defensor da ideia de que o mercado se auto-regule livre da intervenção do Estado. Seu início, no século XVIII, se deu por pensadores como François Quesnay, William Petty e Vincent de Gournay. Porém, foi com Adam Smith que a teoria se consolidou no combate ao mercantilismo vigente nas principais nações de sua época.

Adam Smith defendia que a individualidade ou propriedade individual seria o impulsionador das forças de mercado, e que, com a divisão de trabalho e da produção, naturalmente haveria bem-estar coletivo, uma vez que, com o aumento da produção, os excedentes geram trocas satisfatórias.

Uma vez plenamente estabelecida a divisão do trabalho, é muito reduzida a parcela de necessidades humanas que pode ser atendida pela produção individual do próprio trabalhador. A grande maioria de suas necessidades, ele a satisfaz permutando aquela parcela do produto de seu trabalho que ultrapassa o seu próprio consumo, por aquelas parcelas da produção alheia de que tiver necessidade. (ADAM SMITH, 1983).

A teoria econômica liberal muito se desenvolveu e ainda hoje suas teorias consequentes ocupam o *mainstream* da ciência econômica. Entre as correntes

econômicas daí originárias, destaca-se o discurso monetarista da corrente neoclássica. A teoria monetarista, que tem como maior expoente o economista Milton Friedman, defendia que o estoque de moeda era o principal fator causador da inflação. Essa ideia é conhecida como teoria quantitativa da moeda, que é uma “hipótese sobre a causa principal das variações no valor da moeda. Estabelece que o estoque de moeda (...) é o principal determinante do nível geral de preços (...)” (CORAZZA, G., KREMER, R. L., 2009).

Friedman (1985) defendia o chamado estado mínimo, no qual o governo não utilizaria de políticas de expansão da moeda, o que segundo ele, geraria mais inflação. Ele defendia que haveria evidência histórica entre o livre-mercado e as liberdades individuais e políticas.

A evidência histórica fala de modo unânime da relação existente entre liberdade política e mercado livre. Não conheço nenhum exemplo de uma sociedade que apresentasse grande liberdade política e que também não tivesse usado algo comparável com um mercado livre para organizar a maior parte da atividade econômica. (FRIEDMAN, 1985, p.18).

O discurso econômico conhecido como neoclássico traz consigo características de políticas de austeridade tanto fiscais, como monetárias. Os economistas neoclássicos defendem políticas reformistas, visando sempre cortes de gastos e independência das instituições, como por exemplo das autoridades monetárias dos bancos centrais. Por essa lógica, se trataria de “(...) uma medida que traz mais transparência à política monetária e elimina ruídos que geram volatilidade no mercado no curto prazo. É algo que tira um pouco a flexibilidade do Executivo, mas que é positivo em termos de transparência” (LISBOA, M. 2014 *apud* KLEIN, C. MARQUES, 2014).

Tal discurso converge com as ideias de Friedman, uma vez que estando a autoridade monetária responsável pelas políticas monetárias independente dos governos, o viés utilizado para adoção delas seria apenas as lógicas de mercado, sem interferências políticas/estatais.

No mundo, o auge das políticas de cunho liberal se deu nos anos 1980, com os governos do presidente americano Ronald Reagan e da primeira ministra britânica Margaret Thatcher.

Neste período as políticas econômicas dos países mais poderosos estavam dirigidas a uma desregulamentação de vários mercados, à privatização de certas empresas e ao aumento da competitividade internacional. Nos Estados Unidos e na Inglaterra, sobretudo, tais medidas se complementam com a diminuição de impostos sobre as camadas mais ricas da população e cortes importantes dos gastos sociais. (SANTOS, 1999, p.1).

No debate atual, os discursos liberais têm se preocupado em oferecer propostas para questões relativas aos sistemas previdenciário e tributário, as bolhas financeiras, como também “contra os exageros dos gastos públicos” (MAIA, M., 2011, p.139). Para a corrente liberal na economia, os gastos públicos supostamente excessivos seriam os causadores dos problemas socioeconômicos das nações.

A teoria econômica keynesiana

A quebra da bolsa americana de 1929 levou as maiores potências mundiais à mais profunda crise da história do capitalismo. Até então, o mercado seguiu a dinâmica de autorregulação chamada, por Adam Smith (1993), de Mão Invisível. Após o fim da primeira guerra mundial, ao se estabelecer como maior potência econômica capitalista, os Estados Unidos mantinham um grande ritmo de consumo incentivado pelo crédito, causando um aumento muito grande na produção, financiada pela bolsa de valores de Nova York.

Após a crise, os Estados Unidos adotaram durante o governo do então presidente Franklin Delano Roosevelt uma série de políticas intituladas *New Deal* (Novo Acordo), as quais dedicavam o esforço estatal para construção de grandes obras públicas, expansão de crédito para o setor privado e estímulo à industrialização. A inspiração para tais políticas vinha do discurso do economista britânico John Maynard Keynes, que culminou na sua mais famosa obra “Teoria Geral do Emprego, do Juros e da Moeda”, que tinha como objetivo “contrastar a natureza dos seus argumentos e conclusões com os da teoria clássica” (KEYNES, 1996).

O atual debate keynesiano está marcado por correntes e interpretações variadas das suas obras, como a realizada pela corrente pós-keynesiana, sendo “quase exclusivamente uma abordagem da economia voltada aos problemas da macroeconomia (...)” (DAMMSKY *et al*, 2017). Por sua vez, a corrente novo-Keynesiana têm como objetivo apresentar uma estrutura teórica fundamentada em

princípios microeconômicos da macroeconomia keynesiana, ao mesmo tempo que faz críticas aos modelos neoclássicos. Outra das correntes difundidas do Keynesianismo é o Desenvolvimentismo, o qual segue os princípios de Keynes visando a industrialização de países emergentes. Hoje, a teoria desenvolvimentista sofreu mudanças e é conhecida por novo-desenvolvimentismo. Essas mudanças vieram da necessidade de:

- Neutralizar a tendência à insuficiência de demanda, garantindo às empresas um nível sustentado e suficiente de demanda, por intermédio da política fiscal e monetária.
- Neutralizar a tendência à sobre apreciação cíclica e crônica da taxa de câmbio e assim garantir o acesso das empresas que usam tecnologia no estado da arte mundial à demanda existente. (BRESSER PEREIRA, 2018, p.25-26)

Além disso, Bresser Pereira (2016, p. 28) destaca a visão mais teórica do novo-desenvolvimentismo.

O novo desenvolvimentismo é uma teoria histórico-dedutiva que, dentro do quadro de imprevisibilidade e incerteza que caracteriza o comportamento humano, busca compreender como os países da periferia do capitalismo passaram a buscar o desenvolvimento econômico e realizar o alcançamento depois da Segunda Guerra Mundial. Rejeita, portanto, o método hipotético-dedutivo da teoria econômica neoclássica, o modelo de equilíbrio geral, e a possibilidade de os sistemas econômicos serem simplesmente regulados pelo mercado.

O debate entre o keynesianismo e liberalismo no Brasil

No Brasil, o debate entre Keynesianos e Liberais pautou as discussões políticas no Brasil desde o período varguista. Essa discussão tem origem no confronto de ideias dos economistas Eugênio Gudín e Roberto Simonsen.

Gudin foi um exímio defensor das bandeiras liberais no Brasil, chegando a ser ministro da fazenda no governo Café Filho, em 1955. Simonsen, por sua vez, era um grande defensor das ideias econômicas que foram se desenvolvendo após a crise de 1929 e que se materializaram na grande recuperação americana após o plano de ações de desenvolvimento embasado nas ideias de Keynes, o “*New Deal*”.

São essas ideias que deram base ao desenvolvimento do Estado Social emergente na segunda metade do século XX.

Constituiu-se, assim, um poderoso círculo virtuoso em que cada elemento potencializa e é alimentado pelos demais. Crescimento econômico, elevação da produtividade, investimento estatal, incorporação dos trabalhadores aos frutos do progresso, são todos fatores que o Estado do Bem Estar Social veio consolidar politicamente. (GASPAR, 2015, p.6)

Um dos expoentes das ideias keynesianas no Brasil, em sua versão desenvolvimentista, foi o ex-ministro do Planejamento Celso Furtado. Suas ideias inspiraram projetos de desenvolvimento que viriam a ser colocadas em prática no país, como o plano de metas do ex-presidente Juscelino Kubitschek, entre 1955 e 1960, e até hoje é referência para diversos economistas. “Celso Furtado é, sobretudo, um clássico, no sentido de que sua obra contém uma narrativa coerente sobre as origens, a identidade e o destino do Brasil”. (TAVARES, 2000, p.18).

Uma releitura atual das ideias de Celso Furtado, por exemplo, diz respeito às políticas de distribuição de renda aliadas a de investimentos, as quais estimulariam o crescimento sustentável, diferentemente das experiências do regime militar brasileiro pós-1964, em que se priorizou o investimento, porém não a distribuição de renda.

Nada é mais estimulante ao investimento e à criação de recursos, assim como à distribuição da renda e da riqueza, que o próprio crescimento econômico, sustentado e bem orientado. Políticas bem-sucedidas em estimular tal processo de desenvolvimento econômico geram competitividade doméstica e internacional, além de criarem ambientes favoráveis ao financiamento dos investimentos necessários ao crescimento econômico. (MENDES, 2004, p.24)

Esse debate acirrou-se ainda mais após o período da Ditadura Militar. Com a inflação totalmente fora de controle herdada nesse período, os governos que sucederam ampliaram esse debate para possíveis formas de combate à inflação. Por um lado, os liberais defendiam cortes de gastos, medidas austeras e uma diminuição drástica na emissão de moeda. Por outro, os keynesianos entendiam que essas medidas poderiam até controlar a inflação, porém o custo social dessas medidas acabaria com o crescimento do país, além de aumentar a pobreza.

Nos anos 1990, o Brasil sofreu com a hiperinflação e passou por várias tentativas de contê-la, com planos sempre focados em congelamento de preços e valorização pareada ao dólar artificialmente.

Em 1994, o então presidente Itamar Franco montou uma equipe de trabalho composta em boa parte por economistas keynesianos, ou pelo menos com algumas ideias de origem keynesiana, para criar um plano de reforma econômica capaz de conter o descontrole inflacionário.

O plano original do Plano Real era manter um câmbio fixo, como preconizava Keynes, e assim manter os preços vinculados às moedas do exterior. Contudo, no Brasil optou-se por um câmbio flutuante, baseado na ação do Banco Central, que venderia moedas estrangeiras em caso de alta do real e a compraria em caso de desvalorização. (VILELA, 2015).

Por sua vez, durante o governo Fernando Henrique Cardoso – que sucedeu a Itamar Franco, de quem foi ministro na implementação do Plano Real – foram adotadas uma série de políticas liberais e inaugurou-se no país o que se passou a chamar de tripé macroeconômico (com metas de inflação, busca de equilíbrio fiscal e câmbio flutuante).

Durante o primeiro mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006), o modelo do tripé macroeconômico foi seguido, sendo flexibilizado com as políticas de investimento iniciadas a partir de seu segundo mandato. Segundo Oreiro (2015), um elemento importante foi a retirada dos investimentos realizados pela União do cálculo da meta de superávit primário.

Com efeito, o forte crescimento da demanda doméstica no período (2007-2012) levou o desemprego a níveis historicamente baixos, fazendo com que os salários reais crescessem acima da produtividade do trabalho, exacerbando a perda de competitividade decorrente da apreciação cambial acumulada desde 2005, ao mesmo tempo em que alimentava as pressões inflacionárias latentes na economia brasileira. (OREIRO, 2015).

Em relação aos governos Dilma (2010-2016), aumentaram-se os programas de desenvolvimento de matriz keynesiana. Nesse sentido, o investimento cresceu, a demanda e o consumo também, com reflexos sobre a diminuição do desemprego. Porém, o câmbio começou a se desvalorizar e o mercado financeiro reagiu mal ao

risco inflacionário, dando início ao período tumultuado do governo Dilma, que culminou em seu impedimento, em 2016.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Por ser uma pesquisa exploratória e de caráter qualitativo (sem a preocupação de promover generalizações a partir dos resultados obtidos, mas sim interessada em identificar, descrever, analisar e interpretar discursos econômicos em circulação) e em função de seu objetivo (comparar os programas de governo dos candidatos Lula e Bolsonaro das eleições de 2022 para entender como o discurso econômico fundamentado em teorias keynesianas e liberais se manifesta nesses documentos) esta pesquisa se apoiará na Análise Dialógica do Discurso (ADD), desenvolvida a partir da filosofia da linguagem do Círculo Bakhtiniano.

De acordo com Dugnani (2015), o Círculo Bakhtiniano – composto por Mikhail Bakhtin e outros intelectuais, destacando-se, entre eles, Valentin N. Voloshinov e Pável N. Medvedev – já reconhecia, desde a primeira metade do século XX, o papel fundamental da linguagem nas atividades humanas. Inicialmente, as contribuições do Círculo Bakhtiniano foram mais comuns entre as ciências diretamente envolvidas com as questões de linguagem, tais como a Linguística e os Estudos Literários, no entanto, mais recentemente, as análises de Bakhtin e o Círculo passaram a influenciar outras áreas do conhecimento, proporcionando o desenvolvimento de estudos de linguagem transdisciplinares em diversas áreas do conhecimento, tais como a História, a Sociologia, a Antropologia, a Psicologia entre outras. Assim sendo, segundo FARACO (2009), uma teoria do discurso é uma teoria da significação do dizer, olhando aquilo que está aquém e além da estrutura, isto é, o já dito (a memória discursiva) e os efeitos de sentido do dizer em dada situação enunciativa.

(...) todo falante é por si mesmo um respondente em maior ou menor grau: porque ele não é o primeiro falante, o primeiro a ter violado o eterno silêncio do universo, e pressupõe não só a existência do sistema da língua que usa mas também de alguns enunciados antecedentes – dos seus e alheios – com os quais o seu enunciado entra nessas ou naquelas relações (baseia-se neles, polemiza com eles, simplesmente os pressupõe já conhecidos do ouvinte). Cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados. (BAKHTIN, 2010, p. 272).

Dessa forma, a ADD não significa uma abordagem somente linguística. Ela exige, inevitavelmente, o diálogo entre o maior número possível de ciências da sociedade, as quais podem ser convocadas para realizar análises do discurso nas relações sociais ao enfocarem o discurso – numa perspectiva dialógica – como eixo de análise e os enunciados como objetos empíricos.

É importante considerar que o analista não se deve colocar na posição do interlocutor, porque não é o interlocutor daquilo que está analisando. Ele deve, em vez disso, verificar qual é, e como se estabelece no discurso, a relação entre locutores e interlocutores dos enunciados analisados com base nos passos de descrição, análise e interpretação. Esses passos metodológicos podem evitar, assim, que ele se leia no texto em vez de ler o texto concreto que tem diante de si. Claro que ele faz isso sem esgotar a análise, pois não existe uma única análise possível. De acordo com Sobral e Giacomelli (2016) os sentidos do discurso não são iguais a um composto químico; eles são múltiplos e, de certo modo, inesgotáveis. Todavia, em toda análise, e em todos os passos da análise, o analista precisa validar o que diz do objeto com as marcas linguísticas (da língua e/ou de outras materialidades, tais como imagens e sons) e enunciativas (da enunciação, do extraverbal) que estão no próprio objeto. Disso vem a importância de não saltar para a interpretação antes de ter descrito e analisado o objeto em termos das relações, que, unindo língua e ato de enunciação, produz sentidos.

Do ponto de vista teórico-metodológico, algumas noções elementares do pensamento bakhtiniano – destacando-se os conceitos de *discurso*, *signo semiótico-ideológico*, *enunciado*, *extraverbal (extralinguístico)* e *relações dialógicas* – são fundamentais para a compreensão da ADD, uma forma de se fazer a apreensão dos fenômenos sociais por meio das dinâmicas da linguagem.

Considerando os valores clássicos em linguística, a partir de Charaudeau e Maigne (2012), podemos conceber, inicialmente, o discurso como o uso da língua em um contexto particular, a partir da utilização de signos articulados para a comunicação entre sujeitos, podendo tratar-se de um posicionamento a partir de um conjunto de enunciados. Segundo Faraco (2009), os signos são produtos da criação ideológica corporificados em algum material semiótico definido numa determinada linguagem. Por afirmar que os enunciados expressam um posicionamento social valorativo, a ADD considera os signos sempre ideológicos, seja por pertencerem a

uma das atividades humanas intelectuais ou ainda por exprimirem posição avaliativa, portanto não-neutra. Nesse sentido, para a ADD, o verbal, o visual e outros signos encontram os objetos aos quais se referem já recobertos de qualificações, envolvidos por uma densa e tensa camada de discursos.

Logo, todo signo é signo ideológico. O ponto de vista, o lugar valorativo e a situação são sempre determinados sócio-historicamente. E seu lugar de constituição e de materialização é na comunicação incessante que se dá nos grupos organizados ao redor de todas as esferas das atividades humanas. E o campo privilegiado de comunicação contínua se dá na interação verbal, o que constitui a linguagem como o lugar mais claro e completo da materialização do fenômeno ideológico. (MIOTELLO, 2008, p. 170).

Em suma, para a ADD, os signos são ideológicos, indicando que todo signo é usado no discurso a partir de uma dada posição social e histórica de um locutor diante de seu interlocutor. “Não recebemos palavras neutras da língua, mas signos que vêm de pessoas reais e revelam uma valoração, ou avaliação, do que é dito” (SOBRAL e GIACOMELLI, 2016, p. 1083).

Qualquer análise do discurso parte do enunciado, que representa a materialização de inumeráveis discursos em diálogo, em sua forma verbal, visual ou verbo-visual, considerando-se situações e contextos específicos da sociedade (DUGNANI, 2015). A compreensão do conceito de enunciado (enunciado concreto, enunciação) é imprescindível para uma pesquisa que se propõem lançar mão de uma teoria-metodologia discursiva.

Para Dugnani (2015), o enunciado e as suas formas particulares de enunciação devem ser analisados considerando-se a interação entre o verbal/visual e o extra verbal que integram a situação. A perspectiva de enunciação, considerada em seu enfoque discursivo, implica um caráter social e histórico, ligando-se a enunciações anteriores e posteriores que fazem os discursos circularem. Ou seja, os discursos circulam por meio de enunciados/enunciações e estes devem ser encarados na sua historicidade, em seus contextos sociais, políticos e econômicos, considerando aquilo que está além do texto, o extraverbal, ultrapassando seu caráter apenas linguístico. E mesmo que distantes no tempo e espaço, os enunciados podem estabelecer relações dialógicas quando confrontados no plano do sentido.

O pensamento do Círculo de Bakhtin, de forma habitual e generalizada, é designado pelo termo dialogismo. O dialogismo, para Amorim (2004), pode ser visto como uma via de investigação, uma maneira de interrogar e não um mero método de pesquisa ou um modelo de escrita. Mas não podemos confundir dialogismo com diálogo, representado em seu sentido comum, ou seja, como sinônimo de conversa de personagens em textos escritos ou dramatizados, ou ainda na interação face a face entre falantes. O diálogo, no sentido restrito do termo, só interessa, portanto, como um dos diversos eventos em que se manifestam as relações dialógicas. “O objeto efetivo do dialogismo é constituído, portanto, pelas relações dialógicas nesse sentido lato” (FARACO, 2009, p. 62).

Segundo Dugnani (2015), as relações dialógicas são relações de sentido que se estabelecem entre enunciados, tendo como referência a interação verbo-visual como um todo, e não apenas a interação face a face. Mesmo quando os enunciados estão separados uns dos outros no tempo e no espaço, não sabendo nada uns dos outros, acabam por estabelecer relações dialógicas quando confrontados no plano do sentido, “se entre eles há ao menos alguma convergência de sentidos (ainda que seja uma identidade particular do tema, do ponto de vista, etc.)”. (BAKHTIN, 2010, p. 331). Essas relações dialógicas entre enunciados no tempo e espaço estabelecem o que Amorim (2009) denomina memória do objeto (ou discursiva). Trata-se de uma memória coletiva que está na cultura e em seus objetos, o que envolve dizer que o objeto do discurso possui uma memória construída socialmente. Sendo assim, para identificar, analisar e entender o discurso é necessário recuperar a memória do objeto desse discurso. A noção de memória do objeto é importante em termos de estabelecimento das relações dialógicas entre os enunciados propriamente ditos e o contexto social de produção desses enunciados: o extraverbal (extralinguístico). É somente no entendimento da complexidade das relações dialógicas que podemos compreender o enfrentamento teórico-analítico da linguagem no prisma da ADD a partir dos discursos materializados em enunciados.

Diante dessas considerações teórico-metodológicas, acredita-se que a verificação das relações dialógicas entre os programas de governo dos candidatos Lula e Bolsonaro das eleições de 2022 com os discursos keynesianos e liberais se dará pela materialidade dos enunciados que compõem o *corpus* de pesquisa em articulação com os extraverbais desses mesmos enunciados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após as considerações teórico-metodológicas realizadas até aqui, inicia-se agora a análise dos discursos apresentados nos planos oficiais de governos dos candidatos Lula e Bolsonaro, à luz das teorias econômicas Keynesiana e Liberal. A análise se dará a partir de dois movimentos metodológicos simultâneos fundamentais: a exploração de extraverbais dos enunciados a partir, inicialmente, de um breve histórico partidário dos dois candidatos, o que pode dizer muito quanto as suas ideologias; e o estabelecimento de relações dialógicas entre os enunciados dos planos de governo dos candidatos Lula e Bolsonaro e suas respectivas matrizes econômicas teórico-ideológicas, a fim de se identificar e compreender os discursos keynesiano e liberal que se manifestam nesses documentos.

Breve histórico partidário de Lula e Bolsonaro

Em relação ao histórico partidário de Luís Inácio Lula da Silva, tudo se inicia após a anistia dos exilados no regime militar e a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), que nasceu da união dos movimentos sindicais das metalúrgicas na região do ABC paulista. Dali surgiu o líder sindical Luís Inácio Lula da Silva, que conseguiu liderar tais movimentos e uni-los a outros sindicalistas do país, artistas, intelectuais, religiosos e ex-presos políticos na ditadura militar. Como um dos fundadores do PT, Lula sempre seguiu bandeiras do socialismo democrático e a trajetória dos seus representantes.

Por sua vez, após uma carreira militar conturbada, Jair Bolsonaro ingressou na carreira política. Inicialmente, transitou em pequenos partidos, candidatando-se, com êxito, a vereador pelo Partido Democrata Cristão (PDC) e Partido Progressista Renovador (PPR). Nestes partidos, teve liberdade para seguir suas pautas conservadoras nos costumes e liberais na economia. Em seguida, começou suas candidaturas a deputado, passando pelo Partido Progressista Brasileiros (PPB), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido da Frente Liberal (PFL), Partido Progressista (PP) e o Partido Social Cristão (PSC). Depois de mandatos sucessivos à deputado federal, disputou e venceu a eleição presidencial de 2018 pelo Partido Social Liberal (PSL). Por fim, em 2022, disputou sem êxito a reeleição pelo Partido

Liberal (PL). Trata-se de uma trajetória histórica em partidos de viés liberal, que deram liberdade para que Bolsonaro defendesse suas bandeiras econômicas.

O plano de governo de Bolsonaro¹

O plano de governo do candidato Jair Bolsonaro, denominado “*Pelo Bem do Brasil*”, possui 48 páginas, dividido em 4 seções. A parte referente à economia está na terceira seção, em seu primeiro item, chamado de “Economia, Tecnologia e Inovação”. Ao todo são 7 páginas destinadas a economia. Possui imagens e textos em diferentes formas e fontes.

Na página 15, o plano apresenta, em destaque com letras em negrito, que seria fundamental: “(...) *retirar da população o peso do Estado de seus ombros e deixar cada cidadão, com o apoio necessário do governo, exercitar sua criatividade, sua capacidade gerencial, sua visão empresarial e sua liberdade (...)*” (BOLSONARO, 2022).

Tal expressão se relaciona dialogicamente com os escritos de Friedman, em seu livro “Capitalismo e Liberdade”, o qual afirma que:

A evidência histórica fala de modo unânime da relação existente entre liberdade política e mercado livre. Não conheço nenhum exemplo de uma sociedade que apresentasse grande liberdade política e que também não tivesse usado algo comparável com um mercado livre para organizar a maior parte da atividade econômica. (FRIEDMAN, 1985, p.18).

No plano de governo de Bolsonaro, ainda na página 15, é exposto com bastante destaque, em caixa alta e em fonte aumentada, os seguintes dizeres: “*Por isso, gerar emprego e renda é objetivo de qualquer governo democrático e que acredita na liberdade econômica. Para que isso aconteça, um dos fatores fundamentais é o estímulo ao empreendedorismo.*” (BOLSONARO, 2022).

Este enunciado também permite o estabelecimento de relação dialógica com o que foi teorizado por Milton Friedman, em que o mesmo afirma:

¹ TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais. <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2022/2040602022/BR/280001618036>

A organização econômica desempenha um papel duplo na promoção de uma sociedade livre. De um lado. A liberdade econômica é parte da liberdade entendida em sentido mais amplo e, portanto, um fim em si própria. Em segundo lugar, a liberdade econômica é também um instrumento indispensável para a obtenção da liberdade política. (FRIEDMAN, 1985, p.16).

Voltando ao plano de governo de Bolsonaro, na página 16, destaca-se, em negrito, o seguinte enunciado: “*O governo continuará defendendo que os trabalhadores devem ser livres para realizar trocas entre si, livres de coerção.*” (BOLSONARO, 2022).

Mais uma vez é possível perceber o diálogo desse enunciado com o discurso liberal de Milton Friedman, o qual critica a existência de sindicatos de trabalhadores regulamentados pelo Estado:

Em termos práticos, contudo, há algumas diferenças importantes entre as comissões referidas acima e o direito ao trabalho. As diferenças são a presença de monopólio sob a forma das organizações sindicais da parte dos empregados e a presença da legislação federal com relação aos sindicatos. É pouco provável que, num mercado de trabalho competitivo, venha a ser conveniente para os empregadores exigir a sindicalização como condição para contratação. (FRIEDMAN, 1985, p.16).

Ainda na página 16, o plano destaca, em negrito, o seguinte enunciado: “*Um mercado livre de trabalho, seguro e flexível, para que o emprego no país alcance níveis internacionalmente competitivos, gerando renda e prosperidade aos brasileiros.*” (BOLSONARO, 2022).

Assim como nas citações anteriores, é possível novamente estabelecer uma relação discursiva entre o enunciado do plano de governo de Bolsonaro e a obra de Friedman, o qual conclama que “Os indivíduos sejam, efetivamente, livres para participar ou não de trocas específicas, de modo que todas as transações possam ser realmente voluntárias.” (FRIEDMAN, 1985, p. 16).

Outro enunciado que o plano de governo de Bolsonaro destaca em negrito, ainda na página 16, afirma que: “*O governo continuará defendendo que os trabalhadores devem ser livres para realizar trocas entre si, livres de coerção.*” (BOLSONARO, 2022).

Tal enunciado dialoga com o que Friedman apresenta em sua obra “Capitalismo e Liberdade”:

A troca pode, portanto, tornar possível a coordenação sem a coerção. Um modelo funcional de uma sociedade organizada sobre uma base de troca voluntária é a economia livre da empresa privada que denominamos, até aqui, de capitalismo competitivo. (FRIEDMAN, 1985, p. 21).

A partir da lógica liberal das vantagens comparativas – em que se acredita ser necessário para uma nação especializar-se em determinados setores da economia que possuem naturalmente mais competitividade –, na página 19 do plano de governo de Bolsonaro é enunciado, em caixa alta, que: “*Nesta direção, o governo Bolsonaro, no seu segundo mandato, intensificará as ações de promoção da competitividade e transformação do agronegócio.*” (BOLSONARO, 2022).

Essa afirmação possui relação dialógica com o que Friedman idealiza em seu livro “*Capitalismo e Liberdade*”, onde afirma que “Mesmo em sociedades relativamente atrasadas, são necessárias a divisão do trabalho e a especialização de funções para fazer uso efetivo dos recursos disponíveis.” (FRIEDMAN, 1985, p. 20).

Um olhar apurado do plano de governo de Bolsonaro permite perceber que o documento foi amplamente inspirado no livro “*Capitalismo e Liberdade*”, de Milton Friedman. O que não é surpresa, visto que Paulo Guedes, ex-ministro da economia no governo de Jair Bolsonaro, vem da mesma escola econômica de Friedman: a escola de Chicago.

Por fim, vale salientar que o plano de governo do candidato Bolsonaro cita 10 vezes a expressão “liberdade econômica”, o que reforça ainda mais as evidências que o plano tem inspiração direta do liberalismo econômico de Milton Friedman.

O plano de governo de Luís Inácio Lula da Silva²

Por sua vez, o plano de governo do então candidato Luís Inácio Lula da Silva, denominado “*Diretrizes para o programa de reconstrução e transformação do Brasil* –

² TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais. <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2022/2040602022/BR/280001607829>

Coligação Brasil da Esperança”, possui 21 páginas. Ao longo de 4 seções são apresentadas 121 diretrizes de governo.

O plano apresenta apenas uma única imagem referente ao slogan da campanha, com os dizeres “*Vamos juntos pelo Brasil*”. Ao contrário do plano de governo do ex-candidato Bolsonaro – que usa de estratégia visual análoga às de revistas do mercado editorial/publicitário, com letras em diferentes formas, estilos e tamanhos, além de ilustrações e fotos – o plano de governo de Lula possui um caráter de documento em forma de lista de diretrizes, sem nenhum recurso de diagramação tipicamente usado nos meios de informação jornalísticos ou publicitários.

A parte referente à economia está na terceira seção, sendo denominada “*Desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática*”. Ao todo, a seção apresenta 49 diretrizes, ocupando 7 páginas do documento, com indicações de ações econômicas, além de itens ambientais, muitas vezes na articulação econômico-ambiental.

O plano de governo do Lula destaca já no título da seção econômica, na página 10, a expressão “*Desenvolvimento Econômico*” em letras maiúsculas e negrito. Logo na segunda diretriz, destaca também em negrito, ser necessária “*(...) uma estratégia nacional de desenvolvimento (...)*”. Esse enunciado nos permite estabelecer, de imediato, o diálogo com o discurso keynesiano estabelecido no prefácio do livro “*Formação Econômica do Brasil*”, de Celso Furtado (1985). O prefácio, de autoria de Plínio de Arruda Sampaio, afirma que: “Furtado rejeita o enfoque cosmopolita dos problemas econômicos e ancora no Estado nacional a unidade de referência de sua teoria do desenvolvimento econômico.”.

O plano de governo de Lula, na página 11, apresenta, destacado em negrito, a necessidade de: “*(...) combater a inflação e enfrentar a carestia (...)*”, em referência à possibilidade de se obter um equilíbrio justo entre combate à inflação e expansão econômica, sem a necessidade de se conter a demanda efetiva além do necessário. Tal enunciado permite estabelecer relação com o que o próprio Keynes, em seu livro “*A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*”, descrevia como solução para enfrentar inflação e redução da demanda.

Parece, portanto, que certa assimetria se manifesta entre as duas zonas separadas pelo ponto crítico em que se observa a verdadeira inflação. Uma contração da demanda efetiva abaixo do ponto crítico reduzirá o seu montante medido em unidades de

custo, ao passo que uma expansão da demanda efetiva acima desse nível não terá, em geral, o efeito de aumentá-la em termos de unidades de custo. (KEYNES, 1996).

Adiante, na página 12, é destacado, em negrito, a necessidade de se: “(...) **fortalecer e modernizar a estrutura produtiva por meio da reindustrialização, do fortalecimento da produção agropecuária e do estímulo a setores e projetos inovadores.**” (LULA, 2022), nos remetendo ao diálogo entre este enunciado e o discurso nacional-desenvolvimentista.

Os enunciados apoiados no nacional-desenvolvimentismo do plano de governo de Lula têm inspiração keynesiana, relacionada à versão de economia desenvolvimentista brasileira do ex-ministro do Planejamento Celso Furtado. Suas ideias inspiraram projetos de desenvolvimento que viriam a ser colocadas em prática no país, como o plano de metas do ex-presidente Juscelino Kubitschek. Até hoje Furtado é referência para diversos economistas desenvolvimentistas. O plano de governo de Lula traz forte relação com as ideias keynesianas e de metas de Investimento preconizadas por Celso Furtado. Isso pode ser exemplificado pelo item destacado em negrito na página 13 do plano de governo, o qual afirma ser necessário: “(...) **garantir a modernização e a ampliação da infraestrutura de logística de transporte, social e urbana, com um vigoroso programa de investimentos públicos.**” (LULA, 2022).

Em seguida, na página 14, é destacado em negrito que é desejado “(...) **recompôr o papel indutor e coordenador do Estado e das empresas estatais (...)**”. Este enunciado permite diálogo com a teoria geral de Keynes (1996) em relação ao papel indutor do Estado na economia, conforme a afirmação a seguir do próprio autor: “Ainda, torna-se evidente que o aumento da propensão a poupar provocará *ceteris paribus* a contração da renda e do volume da produção, enquanto um aumento do estímulo a investir fará com que se expandam.”. Estaria aí o papel indutor do Estado em sua missão de investir.

No plano de governo de Lula é destacado em negrito, na página 16, que se pretende: “(...) **combater as desigualdades regionais, fortalecendo o desenvolvimento das regiões e estimulando novas experiências de cooperação e organização territorial.**”. Este discurso dialoga com o que Clélio Campolina Diniz afirma em seu texto “*Celso Furtado e o desenvolvimento regional*”. Segundo Diniz (2009), em relação ao ordenamento do território e o desenvolvimentismo, Celso Furtado afirmava que

tudo isso “(...) implicaria a busca de um novo ordenamento do território que caminhasse no sentido de redução das grandes desigualdades nos padrões de ocupação territorial do País e apontasse no sentido de um país mais integrado.”, pois, do ponto de vista operacional, “pensar uma política nacional de desenvolvimento regional implica pensar em uma nova regionalização do país para efeitos de política pública, em geral, e da política regional, em particular.”.

Por fim, ainda na página 16 e sobre a temática da regionalização, o plano de governo de Lula afirma que: *“Do ponto de vista operacional, pensar uma política nacional de desenvolvimento regional implica pensar em uma nova regionalização do país para efeitos de política pública, em geral, e da política regional, em particular.”*. Este enunciado também estabelece relação dialógica com as ideias de Celso Furtado, como mostrado por Diniz (2009), segundo o qual o economista e ex-ministro do planejamento afirmava que:

No caso do Brasil, a regionalização atual com as cinco macrorregiões, que continua como base para as políticas regionais, está superada, exigindo uma nova divisão territorial do País. Uma nova regionalização deveria considerar três critérios complementares e articulados: econômico, ambiental e político. (DINIZ, 2009 p.18).

Diante da análise desses enunciados do plano de governo do então candidato Luís Inácio Lula da Silva, torna-se perceptível que a sua elaboração teórica tem raízes keynesianas, tanto da obra original Keynes, quanto das correntes brasileiras do desenvolvimentismo e do estruturalismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos planos de governo dos ex-candidatos Lula e Bolsonaro, e de seus históricos político-partidários, podemos concluir que eles dialogam claramente com as correntes econômicas keynesiana e liberal, respectivamente. Em ambos é possível notar suas “mensagens de campanha” ou “mensagens econômicas” vinculadas às essas correntes, permitindo encontrar enunciados nos textos que são paráfrases dos autores que inspiraram suas ideias e propostas.

Algo a ser destacado nos dois planos de governo é que ambos apresentam propostas de reconstrução econômica – muito embora o ex-candidato Jair Bolsonaro

fosse o presidente da ocasião e, em tese, após 4 anos de mandato, não haveria motivo para discursar sobre reconstrução, uma vez que essa tarefa já deveria ter sido realizada –, no entanto, os mecanismos econômicos propostos por Lula e Bolsonaro para tal fim são bem distintos e claramente vinculados às correntes keynesiana e liberal a qual estão associados.

Diante dessas constatações, podemos perceber que, mais uma vez, estivemos em volta à discussão que marca as últimas décadas da história econômica brasileira entre liberais e keynesianos. Debate esse imortalizado nas ideias keynesianas de Roberto Simonsen – ex-presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e da Confederação Nacional da Indústria (CNI) – e pelas concepções liberais do ex-ministro da Fazenda Eugênio Gudin.

REFERÊNCIAS

AMORIM, M. **O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas ciências humanas**. São Paulo: Musa Editora, 2004.

AMORIM, M. Memória do objeto – uma transposição bakhtiniana e algumas questões para a educação. In: **Bakhtiniana. Revista de Estudos do Discurso**, São Paulo, v. 1, n. 1, 1º sem., p. 8-22, 2009.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Trad. Paulo Bezerra. 5. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Nacionalismo Econômico e Desenvolvimentismo**. Economia e Sociedade (UNICAMP. Impresso), v. 27, p. 853-874, 2016.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Em busca do desenvolvimento perdido: um projeto novo-desenvolvimentista para o Brasil**. São Paulo: FGV Editora, 2018, p. 115-132

CHARAUDEAU, P; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

CORAZZA, G., KREMER, R. L. (2009). Friedman e o monetarismo: a velha teoria quantitativa da moeda e a moderna escola monetarista. **Análise Econômica**, 21(40). <https://doi.org/10.22456/2176-5456.10731>

DAMMSKI, B. R., CAVALIERI, M. A. R e P., PAULA, J. S. de P. Mapeando o Pós-Keynesianismo: uma abordagem cientométrica. **Estudos Econômicos** (São Paulo) [online]. 2017, v. 47, n. 4 [Acessado 23 Agosto 2022] , pp. 741-772. Disponível em:

<<https://doi.org/10.1590/0101-416147447bmj>>.
<https://doi.org/10.1590/0101-416147447bmj>.

ISSN

1980-5357.

DINIZ, C.C. **Celso Furtado e o desenvolvimento regional**. Estante de Economia Política, 2009,

DUGNANI, R. **Análise dialógica do discurso neoliberal sobre a previdência brasileira nos jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo**. Tese (Doutorado). São Paulo: PUC/SP, 2015.

FARACO, C.A. **Linguagem & diálogo: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

FURTADO, C. **A fantasia organizada**, 5ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985. Formação econômica do Brasil. São Paulo, Companhia das Letras.

FRIEDMAN, M. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

GASPAR, R. C. A trajetória da economia mundial: da recuperação do pós-guerra aos desafios contemporâneos. **Cadernos Metrópole** [online]. 2015, v. 17, n. 33 [Acessado 28 Agosto 2022] , pp. 265-296. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2236-9996.2015-3312>>. ISSN 2236-9996. <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2015-3312>.

KEYNES, J. M. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

KLEIN, C. MARQUES, F. Economistas apoiam a independência do Banco Central. **Portal do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central**, 2014. Disponível em: <<https://portal.sinal.org.br/noticias-recentes/economistas-apoiam-independencia-do-banco-central/>>. Acesso em: 08 de Agosto de 2022.

MAIA, M. **Diário da Câmara dos Deputados**, Brasília-DF, N°166 (2011, ANO LXVI, 166), página inicial 1 e final 352, 2011.

MENDES, C. C. **Desenvolvimento econômico brasileiro: uma releitura das contribuições de Celso Furtado**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). 2004. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1913>

MIOTELLO, V. **Ideologia**. In: BRAIT, Beth (org.). Bakhtin: conceitos-chave. 4. ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

(OREIRO, J. L. **Muito além do tripé: proposta de um novo regime de política macroeconômica para dobrar a renda per capita em 20 anos**. Seminário “Indústria e Desenvolvimento Produtivo do Brasil”, 2015).

(SANTOS, dos Theotonio. **O Liberalismo como Doutrina Econômica**, Arquivo Marxista na Internet. 1999 Disponível em: <https://www.marxists.org>.

SMITH, A. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SMITH, A. **A Mão Invisível**. São Paulo: Penguin & Companhia das letras, 1993.

SOBRAL, A.; GIACOMELLI, K. Observações didáticas sobre a análise dialógica do discurso – ADD. **Domínios de Linguagem**, [S.l.], v. 10, n. 3, p. 1076-1094, ago. 2016. ISSN 1980-5799. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/33006>>. Acesso em: 23 jul. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.14393/DL23-v10n3a2016-15>.

(TAVARES. M. da. C. OLIVEIRA. F. de. NABUCO. R. M. **Celso furtado e o Brasil**. Editora fundação Perseu Abramo. São Paulo, 2000).

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais. <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/municipios/2022/2040602022/BR/candidatos>. Acesso: 27 de outubro de 2022.

VILELA, Renata. Plano Real 25 anos: a economia toda que poderia ter sido e não foi. **Reconta ai**, 2019. Disponível em: <https://recontaai.com.br/plano-real-a-economia-toda-que-poderia-ter-sido-e-naofoi#:~:text=Com%20forte%20inspira%C3%A7%C3%A3o%20keynesiana%20o,%20mercado%20formal%20de%20trabalho/>. Acesso em 02 de Setembro de 2022.

VOLOSHINOV, V.N. La palabra en la vida y la palabra em la poesia: Hacia uma poética sociológica. IN: BAJTIN, Mijail M. *Hacia uma filosofia del acto ético. De los borradores: y otros escritos*. Trad. Tatiana Bubnova. Rubí (Barcelona): **Anthropos**; San Juan: Universidad de Puerto Rico, 1997.